

SEMINÁRIO FESPSP “CIDADES CONECTADAS: OS DESAFIOS SOCIAIS NA ERA DAS REDES” – 17 A 20 DE OUTUBRO DE 2016

GT 14 – Trabalho e trabalhadores

EDUCAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL: IMPACTOS SOCIO-POLÍTICOS E CULTURAIS EM ALUNOS DE PROGRAMAS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Erick Alves Heidan¹

FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO

ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA

Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar algumas considerações sobre a educação e qualificação profissional no Brasil. Deste modo, se propõe a discutir aspectos inerentes entre educação formal e educação profissional, a ideologia neoliberal e a ação sobre os aspectos pedagógicos nos nestes cursos. Também será apresentada uma contextualização histórica da educação e qualificação profissional no Brasil, assim como os planos para educação profissional no período de mandato dos presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva. Tem-se, assim, por objeto de pesquisa os cursos de educação e qualificação profissional promovidos pelo Governo do Estado de São Paulo para se fazer uma avaliação empírica da formação profissional, bem como de alguns desdobramentos. Por fim, serão mostradas algumas alternativas para se construir uma educação profissional vinculada a valores humanísticos com foco na formação sócio-política e cultural do indivíduo.

Palavras-chave: qualificação profissional; educação; trabalho.

¹ Aluno de graduação da Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC FESPSP.
E-mail: erickheidan@gmail.com

1. Introdução

É lugar comum associarmos o acesso à educação profissional com mobilidade de classes e ascensão social. Fato que estimula cada vez mais jovens e adultos a procurarem escolas de capacitação e qualificação profissional para tentarem se inserir no mercado de trabalho. A educação e a qualificação profissional se tornam, deste modo, o meio mais rápido para se atualizarem ou se requalificarem.

No Brasil, a educação profissional foi, por muitos anos, deixada em segundo plano, por estar mais voltada para o trabalho manual do que para o intelectual. Com forte marcação de classes sociais, a dualidade entre o ensino acadêmico e o ensino profissionalizante nunca se dissolveu no Brasil (FISCHER, FRANZOI, 2009).

Essa marcação se mostra, na maioria dos casos, no modo como a formação profissional é inserida na vida dos alunos: “ensino acadêmico para aqueles que farão sua formação profissional no ensino superior, e ensino profissionalizante, já no nível médio, para aqueles cuja a entrada no mercado de trabalho dar-se-á precocemente” (FISCHER, FRANZOI, 2009, p. 37). A dualidade alimenta a ideia de que a educação profissional tenha uma relação “direta com o mundo do trabalho, apresentando maior eficácia e eficiência às demandas do mercado” (BRONZATE, 2008, p. 39).

Este conceito de formação por demanda de mercado apresenta uma fissura no processo de liberdade de escolha de uma profissão. Mais uma vez, assim, a possibilidade de escolher uma profissão é dada para aqueles que não tem a necessidade de se inserir no mercado de trabalho com demasiada velocidade. Outro ponto que é apontado como problema na formação por demanda é que alguns

programas ressentem-se da ausência de um plano de formação continuada, consistindo na organização de cursos isolados, dispersos, de curta duração, dissociados da educação básica, que realizam a requalificação meramente adaptativa dos trabalhadores ao mercado” (MORAES, 2001 *apud*, JORGE p. 29).

Esses cursos, por apresentarem currículos restritos, limitam os alunos a atuarem em postos de trabalhos que, se superadas pela cadeira produtiva, ou pela grande oferta de mão de obra, impossibilite o trabalhador a buscar nova colocação em outra área, forçando-o, novamente, a se requalificarem em um curso profissionalizante.

Fischer e Franzoi (2009) ainda apontam outra questão neste problema da dualidade entre educação formal e profissional: a dualidade dentro da própria formação profissional. A educação e qualificação profissional como geradora de mão de obra para o mercado, não contemplam os aspectos importantes inerentes ao trabalho. Segundo eles,

a preparação para o trabalho agrega aspectos comportamentais em sua dimensão mais empobrecida: as boas maneiras, a boa aparência, o “trabalho em equipe” tal qual concebido pelos manuais empresariais. Nunca se mencionam as “outras” relações que se constroem no cotidiano do trabalho: solidariedade entre os coletivos de trabalhadores, as lutas sindicais, reforçando total submissão ao mercado de trabalho (FISCHER, FRANZOI, 2009, p. 41).

Isto mostra que a categoria central que organiza o processo de educação e qualificação profissional no Brasil é o emprego, quando deveria ser o trabalho em sua dimensão histórica (FISCHER, FRANZOI, 2009).

2. Educação profissional no Brasil

De fato, as primeiras experiências de se investir em educação profissional tinham como objetivo final o controle social da população mais pobre que aumentava no início do século XX, dando a educação e ao trabalho um caráter disciplinador. Contudo, poucos alunos conseguiam se formar naquela época. Na década de 1920, mais de 90% dos estudantes abandonavam o curso pela necessidade de obter renda, não conseguindo conciliar os estudos com o trabalho. Já nos anos 1930 houve forte crescimento das escolas profissionalizantes e na década de 1940 foi criado o Sistema Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). O modelo taylorista de treinamento e seleção de mão de obra aplicado por Roberto Mange foi bem visto pelos empresários e governantes da época, o que levou o SENAI a se tornar referência na área de educação e qualificação profissional (SOUZA, 2013).

Os anos de 1970 foram marcados pela tentativa de universalizar o ensino técnico/profissionalizante. Por este motivo, todas as escolas secundárias, o que chamamos hoje de ensino médio, seriam transformadas em escolas técnicas. Essas escolas não possuíam estrutura para a “aprendizagem profissional”, nem corpo docente qualificado para isto, instalando uma precarização generalizada no ensino médio. Com isso, os cursos técnicos passaram para a iniciativa privada, se tornando grande fonte de renda para empresários do ramo (MARCÍLIO, 2005).

Só em 1996, no governo de Fernando Henrique Cardoso, com a nova lei de diretrizes para a educação, se instituiu o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR), que tinha o objetivo de qualificar e requalificar 20% da população economicamente ativa (FERREIRA, 2006). Já em 2003, com o governo de Luís Inácio Lula da Silva, implementou-se o Plano Nacional de Qualificação, com o objetivo de corrigir alguns problemas apontados no PLANFOR.

3. PLANFOR e PNQ

Mesmo com um viés mais progressista do que o PLANFOR, o Plano Nacional de Qualificação não se diferencia muito de seu antecessor. Ambos são inspirados nas teses neoliberais para a educação, proposto por órgãos internacionais, como Banco Interamericano para o Desenvolvimento e Banco Mundial, e mantém marcada a antítese entre trabalho intelectual e trabalho manual.

Contudo, o PLANFOR tem grande foco na empregabilidade, ampliando o que Castel (1977, *apud* FRIGOTTO, 2001) chama de “sociedade salarial”, que tem como premissa para a inserção do indivíduo na sociedade o emprego. A necessidade do emprego e da empregabilidade imputava no trabalhador a obrigação de se manter empregado, culpando o indivíduo pelo próprio desemprego, isentando o Estado e o Mercado. Já o Plano Nacional de Qualificação objetivava a expansão, desenvolvimento e fortalecimento do mercado de consumo, e incentivou o empreendedor individual² e as micro e pequenas empresas (JORGE, 2009).

Um dos pontos de forte crítica do PLANFOR estava na “baixa integração entre as políticas de qualificação profissional e as demais políticas públicas de geração de trabalho e renda e políticas públicas de educação” (JORGE, 2008, p. 31). Também não possuía grande participação da sociedade civil e seus cursos de curta duração comprometiam a possibilidade de uma formação mais integral, até mesmo associada a educação básica.

A vantagem que o PNQ apresentou em relação a concepção do PLANFOR foi superar simplesmente o planejamento voltado para o suprimento das demandas de mercado. E ainda, como aponta Bronzate (2008), mesmo com o governo Lula

² Durante o 2º Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2008, a promulgação da Lei nº 128 instituiu o Microempreendedor Individual, que formaliza a atividade econômica dos chamados trabalhadores informais.

efetivando alianças com setores mais conservadores da política, o PNQ conseguiu estabelecer maior diálogo e debate com a sociedade civil em fóruns nacionais que debatiam o redesenho da educação profissional no Brasil na tentativa de alavancar uma formação mais progressista e continuada para os trabalhadores e os jovens que buscassem inserção no mercado de trabalho.

O debate que existe entre neoliberalismo e educação profissional é intenso. O processo de globalização dos últimos 20 anos propõe uma lógica discursiva que entende a globalização como a única via a ser seguida para se atingir o desenvolvimento econômico necessário (MORAES, 2001). Este pacote globalizante impõe novos conceitos, norteados por propostas que incluem: alteração na cadeia de produção, flexibilização das leis trabalhistas, alteração nos regimes educacionais, entre outros.

Alguns estudos apontam que a educação profissional está ligada ao ideário neoliberal. A orientação pedagógica dos cursos de educação e qualificação profissional tem se apoiado nas diretrizes propostas pelo Banco Mundial. Com forte tendência para a liberalização e menor atuação dos Estados, tem como eixo a “adaptação e conformação do trabalhador” (FRIGOTTO, 2001), levando ao que Frigotto chamará de “pedagogia da competitividade”. Este conceito pedagógico está centrado nas competências e habilidades que o trabalhador deve desenvolver para ser um produtor de riquezas no mercado de trabalho e mantém um cunho disciplinador, associando a educação e qualificação profissional com “desenvolvimento econômico, o emprego, a mobilidade e a ascensão social” (FRIGOTTO, 2001, p. 81).

O conceito de “sociedade do conhecimento” coloca uma relação inseparável entre educação e desenvolvimento econômico, criando uma nova economia da educação, desenvolvendo a teoria do capital humano (MORAES, 2001), que visa explicar que as diferenças sociais não se dão pelo processo histórico de dominação de classe, mas pela escolaridade de cada indivíduo (FRIGOTTO, CIAVATTA, 2003).

A inclusão da alta tecnologia que busca maximizar a produção intensifica o acúmulo de capital da mesma forma que libera mão de obra. Assim, a necessidade de atualização é constante para tentar se manter empregado (KONDER, 2004).

Contudo, essa atualização tende a ser feita com “trabalhadores empregados e que dispõem de condições de aprimoramento técnico” (MORAES, 2001. p. 21). Deste modo, como aponta Moraes (2001), o discurso da necessidade de elevação da escolaridade da população não faz sentido, pois mantém fora aqueles que não estão inseridos no mercado e só qualifica e requalifica aqueles que já estão instalados nas empresas. Como aponta Costas (1995, *apud* MORAES, 2001) as tendências político-sociais vinculadas ao neoliberalismo são contrapostas à inclusão social.

O que estes autores tentam apontar é a falsa ideia de que o problema do emprego e da geração de renda é privado, e não tem relação com as políticas neoliberais implementadas na maioria dos países capitalistas nos últimos anos. Para Moraes (2001), educação e qualificação profissional não podem ser vistas como soluções capazes de gerar empregos e alavancar processos econômicos. Neste contexto, a educação profissional tem que superar o conceito de empregabilidade e formar um sujeito omnilateral³, pautando a solidariedade e a igualdade (FRIGOTTO, 2001).

4. O Programa Via Rápida

Pensando as políticas públicas de qualificação profissional em nível regional, o estado de São Paulo mantém um programa de qualificação profissional com cursos de curta duração (de 60 a 100 horas), realizados nas diversas regiões administrativas do estado.

O *Programa Via Rápida*, nome atribuído ao programa, é coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação e tem por objetivos:

- 1 - promover o aumento de competitividade da economia paulista mediante a qualificação e formação profissional dos trabalhadores residentes no Estado de São Paulo;
- 2 - habilitar o trabalhador a exercer seu direito ao trabalho e à cidadania, aumentando a probabilidade de obter ocupação e auferir renda (SÃO PAULO, 2015).

O Programa visa atingir esses objetivos ofertando cursos de qualificação e formação profissional conforme as demandas municipais e com concessão de bolsa-auxílio para os beneficiários da política pública. Os cursos podem ser ofertados tanto

³ Omnilateral é um conceito que visa uma formação completa do ser humano, tanto no aspecto produtivo quanto para a vida em sociedade. A omnilateralidade se contrapõe ao conceito de unilateralidade, que visa produzir um ser humano somente para o trabalho produtivo (Neves, 2009).

pela Administração Pública de maneira direta, como pela iniciativa privada, por meio de contratos de cooperação e convênios (SÃO PAULO, 2015). Os requisitos para inscrição no programa é ter idade mínima de 16 anos, ser alfabetizado e residente do Estado de São Paulo. Além desse público, há projetos especiais voltados a públicos com vulnerabilidade social, como pessoas em privação de liberdade.

No início do ano de 2016 foi realizada pesquisa de avaliação com os alunos concluintes dos cursos oferecidos no ano de 2015. A pesquisa teve por objetivo avaliar os cursos oferecidos e também ter informações sobre a situação de trabalho dos alunos, verificando como os cursos oferecidos no âmbito do programa influenciam na conquista de um emprego ou na elaboração de um arranjo produtivo.

Número razoável da população atendida pelo programa no ano de 2015 era composta por jovens entre 15 e 24 anos (30,9%). É uma faixa etária importante, principalmente quando estamos discutindo qualificação profissional, pois “a juventude é um momento de decisão e de escolhas profissionais. A procura por um curso de qualificação profissional pode estar entre as decisões tomadas pelos jovens [...] ampliando seu horizonte de ambições para além de ingresso em um curso universitário” (SÃO PAULO, 2016, p. 15), ao mesmo tempo em, por mais que se tenha melhorado o ingresso ao curso superior para as classes mais baixas, muitos jovens ainda não conseguem acessá-lo. Essa última hipótese é reforçada pelos próprios dados da pesquisa, nos quais vemos que 78,2% dos que concluíram os cursos do Programa não estão estudando, ou seja, não deram sequência a formação, reforçando a ideia que boa parte das pessoas, em especial os jovens, interrompem os estudos para se inserirem no mercado de trabalho.

No entanto, deve-se lembrar que:

o crescimento de diplomados em nível superior dos últimos anos coloca um desafio para aqueles que concluem sua escolaridade ainda no Ensino Médio, sinalizando um futuro profissional desvantajoso para essas pessoas (SÃO PAULO, 2016, p. 17).

Dessa forma, a constante qualificação profissional aliada a escolaridade formal pode ser uma forma de superar esses desafios e manter-se em emprego qualificado.

Esse dado se reforça quando observada a empregabilidade dos alunos do Programa. Cerca de 48,9% dos alunos concluintes estavam empregados no

momento da pesquisa, seja em empregos formais, informais, funcionalismo público ou empreendedores.

Outro fator relevante na pesquisa é a visão que os próprios alunos têm da formação profissional. Vista, antes de tudo, como uma forma de adquirir emprego, quando o concluinte do Programa não está empregado no ramo do qual se formou, a conclusão que se tira é que o curso não teve importância para a obtenção da ocupação; 61,8% dos alunos que finalizaram os cursos apontaram isso. Dado muito parecido foi no que tange a renda: 61,5% declaram que o curso do Programa não teve importância para a conquista da renda. Apesar disso, 89,6% disseram que o curso atendeu as expectativas quanto a ampliação do conhecimento sobre direitos, mostrando que apesar do foco em geração de emprego, o Programa conseguiu mostrar aspectos que iam além do conhecimento da técnica do trabalho.

Ou seja, mesmo com a ausência do reconhecimento pelo alunado da importância do curso de qualificação profissional realizado no *Programa Via Rápida* com a obtenção do emprego e renda, é possível auferir que há uma relação entre essas duas variáveis: realização do curso de qualificação profissional e obtenção de emprego e/ou renda. São aspectos subjetivos que muitas vezes não são percebidos pelos trabalhadores ou podem ser mensurados por meio de pesquisa qualitativa.

São esses aspectos que devem ser reforçados pelos cursos de qualificação profissional, além daqueles meramente técnicos inerentes a profissão. Esses aspectos podem fazer com que os cursos profissionalizantes fujam da lógica meramente técnica, presente no ideário neoliberal, e formem cidadãos, qualificados profissionalmente e cientes dos seus direitos.

5. Considerações finais

A educação e qualificação profissional no Brasil, como vimos até aqui, apresentou diversas abordagens ao longo de sua história. Entretanto uma coisa nunca mudou: seu caráter pedagógico centrado primeiro nas necessidades do mercado. Este caráter pedagógico colocou a educação profissional como uma imposição para aqueles que necessitavam entrar de forma rápida ao mercado de trabalho, ou para aqueles que já estavam inseridos e buscavam novas possibilidades de empregabilidade.

A superação destes princípios deve partir de uma agenda de educação e qualificação profissional de orientação progressista focada na emancipação, no reconhecimento de classe, na formação politécnica e na proteção dos recursos naturais.

Para Frigotto (2001) o primeiro passo é tomar uma postura crítica ao projeto democrático burguês, à liberdade e igualdade proposto por estes, e a centralidade do mercado como motor do desenvolvimento. Depois é preciso reiterar a concepção de educação básica também numa formação tecnológica ou politécnica, que formem sujeitos autônomos e protagonistas das ações políticas do espaço público.

A ação das políticas neoliberais para o trabalho e distribuição de renda também influenciam fortemente na composição dos currículos dos cursos profissionalizantes, dando a estes um aspecto mecânico, focado simplesmente na formação de mão de obra e pouco na formação humanística. Esses aspectos mostram que, embora a educação profissional no Brasil tenha evoluído após a redemocratização do país, no que tange a políticas públicas voltadas a esse quesito, é importante tomarmos uma posição crítica para buscar uma alternativa que coloque, antes de tudo o indivíduo em toda sua complexidade subjetiva na centralidade dos programas de qualificação, para assim, a partir disso, pensarmos em formas de fundamentar uma formação profissional que leve, não só a ascensão social e geração de renda, mas a uma reflexão profunda da realidade histórica e da ação política.

Outro ponto importante apontado por Frigotto (2001, p. 83) é que a educação profissional não pode ser uma política focada na geração de emprego, e nem como ação preventiva ao desemprego: “ser humano se constitui o centro e a medida e não o mercado ou o lucro”. Ou seja, as políticas públicas devem estar voltadas ao desenvolvimento humano e não apenas para suprir as necessidades da minoria.

Finalizando, Frigotto (2001) entende que a educação profissional deve se articular de forma orgânica com as relações sociais de produção e as relações políticas e culturais, buscando se inserir de maneira efetiva no plano político, visando um Estado que governe com as organizações sociais.

Os pontos apontando mostram que na busca por uma política de educação e qualificação profissional focada nas potencialidades do indivíduo e ao retorno da

concepção histórica do trabalho, está também uma busca por uma nova relação entre Estado e sociedade. Esta luta para se construir uma nova relação Estado-sociedade, no quesito de políticas para educação e trabalho, passa, impreterivelmente, pela ação e fortalecimento dos movimentos sociais e pelas ações dos sindicatos das classes trabalhadores. Muitas experiências vistas nas últimas duas décadas apontam a necessidade dos movimentos sociais participarem de maneira ativa na proposição, implementação e administração de cursos profissionalizantes que foquem nas necessidades dos trabalhadores.

A ação das políticas neoliberais para o trabalho e distribuição de renda também influenciaram fortemente na composição dos currículos dos cursos profissionalizantes, dando a estes um aspecto mecânico, focado simplesmente na formação de mão de obra e pouco na formação humanística. Esses aspectos mostram que, embora a educação profissional no Brasil tenha evoluído após a redemocratização do país, no que tange a políticas públicas voltadas a esse quesito, é importante tomarmos uma posição crítica para buscar uma alternativa que coloque, antes de tudo o indivíduo em toda sua complexidade subjetiva na centralidade dos programas de qualificação, para assim, a partir disso, pensarmos em formas de fundamentar uma formação profissional que leve, não só a ascensão social e geração de renda, mas a uma reflexão profunda da realidade histórica e da ação política.

Uma educação voltada para o trabalho pode trazer experiências e aptidões que ultrapassam a questões técnicas e mecânicas. Observamos isso no projeto do *Programa Via Rápida*, que demonstra a possibilidade de uma educação profissional que possa romper com a simples dualidade da educação profissional-geração de emprego. Como aponta a lei de diretrizes do Programa: um dos objetivos é “habilitá-los ao exercício dos seus direitos à cidadania” e “auxiliar no ao desenvolvimento das capacidades de comunicação, de elaboração crítica, de raciocínio lógico, de iniciativa para a resolução de problemas, de organização do próprio trabalho, entre outras” (SÃO PAULO, 2015). O reconhecimento das políticas para formação e qualificação para o trabalho como um acesso a cidadania demonstra que há um esforço do poder público em elevar não apenas renda, mas estimular a luta por direitos e a organização política.

Por isso a educação e qualificação profissional deve ser encarada como um direito do cidadão, que deve vir acompanhada, também, de uma concepção de trabalho no sentido de “significar e atribuir valor às atividades de produção e reprodução de sua vida material e simbólica, intelectual ou espiritual” (FRIGOTTO, CIAVATTA, 2003, p. 49). A educação profissional pautada pela ideologia neoliberal propõe, além de uma formação alienante, um retrocesso de direitos trabalhistas. A proposta neoliberal se dá numa “modernização conservadora” (MORAES, 2001, p. 42) que visa extrair o máximo possível dos trabalhadores sem dar-lhes o que lhes é de direito: uma vida para além do emprego.

Referências bibliográficas

BRONZATE, Sandra Torquato. **Políticas públicas de educação de jovens e adultos: o Programa Integrado de Qualificação desenvolvido pelo município de Santo André**. 2008. 183 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

FERREIRA, Eliza Bartolozzi. **A educação profissional no planejamento plurianual do governo FHC**. 2006. 286 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

FISCHER, Maria Clara Bueno; FRANZOI, Naira Lisboa. Formação humana e educação profissional: Diálogos possíveis. **Educação, Sociedade e Cultura**, São Leopoldo, v. 29, n. 1, p.35-51, 2009.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e Trabalho: bases para debater a educação profissional emancipadora. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p.71-87, jan, 2001.

_____; CIAVATTA, Maria. Educar o trabalhador cidadão produtivo ou o ser humano emancipado? **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p.45-60, mar. 2003.

JORGE, Tiago Antônio da Silva. **Políticas públicas de qualificação profissional no Brasil: Uma análise a partir do PLANFOR e do PNQ**. 2009. 117 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Conhecimento e Inclusão Social, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

KOBER, Claudia Mattos. **Qualificação profissional: uma tarefa de Sísifo**. Campinas: Autores Associados, 2004. 154 p.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História da Escola em São Paulo e no Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005.

NEVES, Sandra Garcia. A produção omnilateral do homem na perspectiva marxista: a educação e o trabalho. **III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia**. Curitiba, out. 2009.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. O que há de novo na educação profissional no Brasil. **Trabalho e Educação**, Belo Horizonte, v. 8, n. 0, p.13-45, jan. 2001.

SÃO PAULO. Governo do Estado de São Paulo. **RELATÓRIO COM RESULTADOS DA PESQUISA DE AVALIAÇÃO DOS CURSOS PELOS ALUNOS**. São Paulo: [s.n.], 2016. 80 p.

SÃO PAULO. Lei nº 16.079, de 22 de dezembro de 2015. Cria o Programa de Qualificação Profissional e de Transferência de Renda "VIA RÁPIDA", nas modalidades "VIA RÁPIDA EMPREGO", "VIA RÁPIDA 18", "VIA RÁPIDA EXPRESSO" e "VIA RÁPIDA ECONÔMICO", e dá providências correlatas. Disponível em <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2015/lei-16079-22.12.2015.html>>. Acesso em 27. mai. 2016.

SOUZA, Maria Zélia Maia de. **Educar o jovem para ser “útil a si e à sua Pátria”: assistência pela profissionalização, Rio de Janeiro (1894 – 1932)**. 2013. 227 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.